

Perspectivas onomasiológica e semasiológica nos estudos de neologia

Onomasiological and semasiological perspectives in studies on neology

DOI: <https://doi.org/10.24206/lh.v6i1.31296>

Bruno Oliveira Maroneze

Professor adjunto da Universidade Federal da Grande Dourados. Possui graduação em Linguística/Português pela Universidade de São Paulo, mestrado e doutorado em Filologia e Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo.

E-mail: maronezebruno@yahoo.com.br

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-2821-9448>

João Henrique Lara Ganança

Atualmente é Doutorando em Filologia e Língua Portuguesa na Universidade de São Paulo. É mestre em Letras, no programa de Filologia e Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo, e bacharel e licenciado em Letras-Português também pela Universidade de São Paulo. É professor efetivo de Língua Portuguesa na Educação Básica (Ensino Fundamental Anos Finais e Ensino Médio) e Coordenador Pedagógico na Rede Estadual de Ensino de São Paulo (Seduc-SP).

E-mail: joaogananca@gmail.com

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-1398-9378>

RESUMO

Este trabalho visa apresentar uma proposta teórico-metodológica de aplicação dos conceitos de onomasiologia e semasiologia para os estudos de neologia. Entendemos que a criação de um neologismo pode ser encarada como um processo onomasiológico (do conceito à denominação) e a interpretação de um neologismo, como um processo semasiológico (da denominação ao conceito). Em outros termos, o criador de um neologismo parte do conceito que tem em mente para encontrar a melhor forma de expressá-lo linguisticamente (onomasiologia); já o decodificador de um neologismo parte de uma expressão neológica para identificar o(s) significado(s) pretendido(s) por ela (semasiologia). Ao analisar o neologismo sob uma ou outra perspectivas, diferentes questões podem ser propostas: a) onomasiologicamente: quais são os recursos linguísticos à disposição do falante para criar um neologismo com o significado pretendido; quais recursos são mais adequados às intenções comunicativas específicas do criador do neologismo; que fatores fonológicos, sintáticos, semânticos, entre outros, influenciam a escolha do mecanismo de criação lexical; e b) semasiologicamente: quais são os significados possíveis de determinado neologismo; de quais mecanismos o ouvinte pode lançar mão para interpretar adequadamente o neologismo; etc. Exemplificamos nossa argumentação com a análise de neologismos integrantes da *Base de neologismos do português brasileiro contemporâneo* e do *corpus* composto por textos de blogues jornalísticos diversos que integram a dissertação de Ganança (2017).

Palavras-chave: Neologia. Onomasiologia. Semasiologia. Morfologia. Semântica lexical.

ABSTRACT

This paper aims to present a theoretical and methodological proposal for the application of the concepts of onomasiology and semasiology to studies on neology. We understand that the creation of a neologism can be seen as an onomasiological process (from concept to denomination) and the interpretation of a neologism as a semasiological process (from denomination to concept). In other words, the creator of a neologism starts from the concept he/she has in mind to find the best way to express it linguistically (onomasiology); the decoder of a neologism, on the other hand, starts from a neological expression to identify the meaning(s) intended by it (semasiology). In analyzing a neologism from one perspective or another, different questions may be posed: a) onomasiologically, which linguistic resources are available to the speaker to create a neologism with the intended

meaning; which resources are best suited to the specific communicative intentions of the creator of neologism; what phonological, syntactic, semantic factors etc. influence the choice of a lexical creation mechanism; etc. and b) semasiologically, what are the possible meanings of a given neologism; what mechanisms the listener can use to properly interpret a neologism; etc. We exemplify our argument with the analysis of neologisms that are part of the *Base de neologismos do português brasileiro contemporâneo* (Contemporary Brazilian Portuguese Neologism Database) and of the corpus composed of texts from various journalistic blogs that integrate the dissertation of Ganança (2017).

Keywords: Neology. Onomasiology. Semasiology. Morphology. Lexical semantics.

Introdução

Neste trabalho, apresentamos a proposta de um modelo teórico-metodológico de análise para os estudos de neologia estruturado a partir dos conceitos de onomasiologia e semasiologia, conceitos esses já tradicionais nos estudos do léxico. A partir da distinção entre mecanismos e causas de criação lexical (GEERAERTS, 1997; MARONEZE, 2011), propomos entender a criação lexical como uma atividade de resolução de problemas, envolvendo um problema onomasiológico (qual é o mecanismo mais adequado para a criação de uma unidade lexical) e um problema semasiológico (qual é o significado pretendido para uma unidade lexical neológica). Assim, as perspectivas onomasiológica e semasiológica permitem auxiliar o pesquisador no direcionamento de seus questionamentos para realizar a análise dos neologismos.

Inicialmente, na seção 1, delimitamos os conceitos de onomasiologia e semasiologia, bem como os de mecanismos e causas da criação lexical. Em seguida, apresentamos análises de unidades lexicais neológicas a partir de uma e de outras perspectivas (seções 2 e 3) para, ao final, argumentarmos a favor da importância desses conceitos no direcionamento do olhar da pesquisa.

Os dados neológicos aqui analisados integram a *Base de neologismos do português brasileiro contemporâneo*, do Projeto TermNeo (disponível em <http://www.fflch.usp.br/dlc/neo/>), e foram objeto de análise de trabalhos anteriores (MARONEZE, 2005, 2011). Parte das reflexões aqui expostas também já foi apresentada em trabalho anterior (MARONEZE, 2011). Também buscamos complementar a análise com dados abordados em trabalhos de outros autores (como ALVES, 2004a, 2004b; GANANÇA, 2017, entre outros).

1. Conceitos teóricos: onomasiologia e semasiologia, mecanismos e causas da criação lexical

A distinção entre onomasiologia e semasiologia pode ser colocada como uma distinção entre duas perspectivas de análise: na perspectiva onomasiológica, parte-se do significado (ou conceito) para se chegar ao significante. É em tese o percurso mental feito pelo emissor, que precisa encontrar uma expressão linguística para o conceito que quer expressar. Na Lexicologia, análises onomasiológicas se preocupam em responder perguntas como: “Que expressões linguísticas são possíveis para determinado conceito?”

Já na perspectiva semasiológica, parte-se do significante para chegar ao significado. É em tese o percurso mental feito pelo receptor, que precisa dar significado à expressão linguística

pronunciada/escrita pelo emissor. Na Lexicologia, análises semasiológicas se preocupam em responder perguntas como: “Quais são os significados possíveis para determinada expressão?”

A seguinte citação de Geeraerts (1997, p. 17) é esclarecedora:

Given that a lexical item couples a word form with a semantic content, the distinction between an onomasiological and a semasiological approach is based on the choice of either of the poles in this correlation as the starting-point of the investigation. Thus, the onomasiological approach starts from the content side, typically asking the question ‘Given concept *x*, what lexical items can it be expressed with?’ Conversely, the semasiological approach starts from the formal side, typically asking the question ‘Given lexical item *y*, what meanings does it express?’ In other words, the typical subject of semasiology is polysemy and the multiple applicability of a lexical item, whereas onomasiology is concerned with synonymy and near-synonymy, name-giving, and the selection of an expression from among a number of alternative possibilities.¹

Evidentemente, a distinção entre onomasiologia e semasiologia coloca-se como de natureza teórico-metodológica; nos usos da linguagem e, em particular, no ato de criação lexical, ambos os tipos de questões apresentam-se simultaneamente.

Além dessas duas perspectivas, também é relevante, para a presente discussão, apresentar a distinção entre mecanismos e causas da criação lexical, de acordo com Geeraerts (1997, p. 102)²:

- a) os *mecanismos* de criação lexical constituem-se no leque de possibilidades de criação;
- b) as *causas* da criação lexical são os fatores que fazem um indivíduo realizar uma dessas possibilidades.

Os mecanismos de criação lexical correspondem, *grosso modo*, aos processos tradicionalmente descritos nas gramáticas: derivação, composição, neologia semântica etc. São as várias possibilidades

¹ “Posto que uma unidade lexical pareia uma expressão com um conteúdo semântico, a distinção entre uma abordagem semasiológica e uma onomasiológica é baseada na escolha de um dos pólos dessa correlação como ponto de partida da pesquisa. Assim, a abordagem onomasiológica parte do lado do conteúdo, indagando tipicamente a questão “Dado o conceito *x*, com que unidades lexicais ele pode ser expresso?” Por sua vez, a abordagem semasiológica parte do lado formal, indagando tipicamente a questão “Dada a unidade lexical *y*, que significados ela expressa?” Em outras palavras o objeto típico da semasiologia é a polissemia e a aplicabilidade múltipla de uma unidade lexical, enquanto a onomasiologia preocupa-se com a sinonímia e a quase-sinonímia, a nomeação e a seleção de uma expressão dentre uma quantidade de possibilidades alternativas.” (Tradução nossa)

² O trabalho de Geeraerts (1997) refere-se principalmente à mudança lexical de natureza semântica (que os estudos de neologia denominam “neologia semântica”), mas suas considerações podem ser estendidas para todos os tipos de mudança lexical. O autor ainda fala de um terceiro ponto, a difusão da mudança pela comunidade linguística, que não será abordado aqui.

que o sistema linguístico oferece. Em relação às causas, Geeraerts (1997, p. 92-93, 103-106) afirma serem duas: a *expressividade* e a *eficiência*.

A expressividade (entendida como “necessidade de exprimir”, e não como “vivacidade, animação”) refere-se àquela que é provavelmente a função mais primordial da linguagem: a comunicação. Nesse sentido, a criação lexical ocorre para que os falantes possam exprimir algo que ainda não tem um meio adequado para tal. Pode acontecer quando surge um novo objeto, uma nova descoberta, uma alteração na visão de mundo de uma cultura, ou mesmo pela necessidade de denominações afetivas, eufemísticas, como a criação de *tumor maligno* como eufemismo para *câncer* (GEERAERTS, 1997, p. 105).

A eficiência refere-se à necessidade de “otimizar” o sistema linguístico: a criação lexical ocorreria para trazer eficiência comunicativa à língua. Seria, portanto, uma causa interna ao próprio sistema linguístico. O exemplo, bastante claro, trazido por Geeraerts (1997, p. 92-93), é a resolução do conflito homonímico entre as palavras para “galo” e “gato” no sudoeste da França, estudado por Gilliéron³. Naquela região, as evoluções fonéticas das palavras para “galo” e “gato” resultaram na forma homonímica *gat*, o que causaria problemas na comunicação em comunidades agrícolas. Dessa forma, os falantes tiveram que criar outras denominações para o galo. Portanto, a criação lexical, aqui, é motivada pela necessidade, interna ao sistema, de otimizar a comunicação, evitando um conflito homonímico. Ainda segundo o autor, esse seria um caso do “princípio de isomorfismo”, segundo o qual as línguas tenderiam a uma relação biunívoca entre forma lexical e significado lexical (p. 105).

Dessa forma, duas seriam as causas da mudança lexical: a expressividade (externa à língua, de base social, cultural ou pragmática) e a eficiência (interna à língua, visando à “otimização” do sistema). No entanto, a distinção não é rigidamente estreita: deve-se ter em mente que o princípio da eficiência é subordinado ao da expressividade: na feliz formulação do autor, “if there were no communicative intentions to be fulfilled, there would be no need for an efficient organization of the language that is used in fulfilling those intentions”⁴ (GEERAERTS, 1997, p. 108). Portanto, os dois princípios causais devem ser antes vistos como complementares em vez de competitivos. Blank (1999, p. 65) prefere unificar os dois conceitos num único princípio, o de *eficiência comunicativa* (ingl. *efficiency of communication*), que é ao mesmo tempo “the general purpose of communication and the general motivation behind language change”⁵ (BLANK, 1999, p. 65).

³ Trata-se de um estudo dos mais conhecidos, mencionado em praticamente todos os manuais de Linguística Românica, porém nem sempre adequadamente referido. A referência correta (*apud* GEERAERTS, 1997) é GILLIÉRON, J.; ROQUES, M. *Études de géographie linguistique*. Paris: Champion, 1912.

⁴ “se não houvesse intenções comunicativas para serem satisfeitas, não haveria necessidade para uma organização eficiente da linguagem empregada para satisfazer essas intenções” (tradução nossa).

⁵ “o propósito geral da comunicação e a motivação geral por trás da mudança linguística” (tradução nossa).

A nosso ver, a relação entre os mecanismos e as causas da criação lexical pode ser entendida com o recurso aos conceitos de onomasiologia e semasiologia. Inicialmente, abordamos a questão do ponto de vista onomasiológico.

2. A perspectiva onomasiológica

Para abordar a questão do ponto de vista onomasiológico, imaginemos um falante que se vê diante da necessidade de criar uma nova unidade lexical. O problema desse falante pode ser formulado na seguinte pergunta:

- (1) Dada uma determinada causa (ou motivo) para criar uma unidade lexical, qual mecanismo (dentre os disponíveis na língua) é o mais adequado?

A criação lexical é, dessa forma, vista onomasiologicamente como uma atividade de resolução de um problema concreto. A solução encontrada pelo falante poderá ser julgada adequada ou não de acordo com certos critérios. No entanto, a tarefa do linguista que se dedica ao estudo da neologia não é encontrar a melhor solução para esse problema (essa tarefa é do falante⁶); a pergunta que o linguista se propõe a responder é:

- (2) Por que o falante julgou essa solução a mais adequada?

Ou, formulada de outra maneira:

- (2') Por que para essa determinada causa (ou motivo) o falante preferiu empregar esse determinado mecanismo (e não outro)?

Acreditamos ser essa a principal pergunta norteadora dos estudos onomasiológicos de neologia⁷. Ela pode ainda ser desdobrada em duas:

⁶ A adequação ou inadequação de determinada unidade lexical neológica dependerá essencialmente, a nosso ver, de seu sucesso comunicativo, ou seja, de ela ser mais ou menos capaz de comunicar a intenção original de seu criador; uma questão de ordem pragmática. Entretanto, podem-se estabelecer critérios prescritivos para julgar tal adequação, como ocorre nos organismos de planificação neológica.

⁷ Evidentemente, essa pergunta deve ser encarada como uma trilha, um roteiro de investigação; os reais fatores envolvidos (tanto linguísticos quanto extralinguísticos) podem se multiplicar de tal forma que jamais se terá uma resposta plenamente adequada.

- (2a) Que fatores influenciam o emprego de determinado mecanismo?
- (2b) Por que esses fatores influenciam os mecanismos dessa forma?

Responder à pergunta (2a) é tarefa relativamente fácil, se comparada à pergunta (2b). Vários trabalhos têm se dedicado a mostrar como fatores fonológicos, sintáticos, semânticos, discursivos etc. podem influenciar no emprego de um ou outro processo (composição, derivação prefixal ou sufixal, tais ou tais prefixos ou sufixos etc.). Podemos citar como exemplo a dissertação de mestrado de Maroneze (2005), em que são descritos fatores fonológicos, morfológicos, sintáticos etc. envolvidos na escolha de um ou outro sufixo nominalizador. Para responder à pergunta (2b), por sua vez, é necessário ter em mente uma concepção teórica do funcionamento da linguagem em geral e da criação lexical em específico. Neste trabalho, adotamos a concepção de que as respostas a (2b) devem envolver *explicações funcionais* que justifiquem os fatores da resposta a (2a); em particular, explicações capazes de relacionar os mecanismos às causas, ou seja, que mostram por que razão o mecanismo envolvido é o mais adequado para a causa requerida.

Para tornar mais clara essa discussão, trazemos alguns exemplos de respostas a essas perguntas. O primeiro é a unidade lexical neológica *historicização* (ou qualquer outra em *-ização*), extraída de Maroneze (2005). Em relação a ela, a pergunta (2) pode ser formulada como em (3):

- (3) Por que, para exprimir a ação de historicizar, o falante preferiu empregar o sufixo *-ção* (e não *-mento* ou *-agem*)?

Podemos dividir a pergunta (3) em duas:

- (3a) Que fator(es) influenciou(aram) o falante a empregar o sufixo *-ção*?
- (3b) Por que esse(s) fator(es) influenciou(aram) dessa forma?

Maroneze (2005, p. 39-42) levanta uma possível resposta para a pergunta (3a): o sufixo *-ção* é o único sufixo nominalizador que pode unir-se a bases verbais formadas com o sufixo *-izar*; é um fator de natureza morfológica, portanto. Contudo, constatar a existência dessa restrição não a explica ou justifica. Faz-se necessário, assim, explicar por que o sufixo *-izar* exige o emprego de *-ção*. Uma possível resposta é que a junção de ambos os sufixos encontra-se altamente incrustada na mente (cf. LANGACKER, 1991, p. 48, para uma descrição mais detalhada da noção de *incrustação* (*entrenchment*) na Gramática Cognitiva); trata-se, portanto, de uma resposta de ordem *cognitivo-funcional*, que pode ser parafraseada como: “o sufixo *-izar* exige o emprego de *-ção* porque dessa forma o processamento cognitivo da linguagem é de algum modo facilitado”.

O segundo exemplo que aqui trazemos é a unidade lexical neológica *apitação*, analisada, juntamente com outras em *-aço*, por Alves (2004b, p. 84). A pergunta relevante pode ser formulada como em (4):

- (4) Por que, para exprimir o protesto feito com apito, o falante preferiu empregar o sufixo *-aço* (e não, por exemplo, expressões compostas como “apito-protesto”)?

O emprego desse sufixo, como mostra a autora, é relevante principalmente porque remete a um fato histórico específico, o chamado *panelazo* de 1973, no Chile. O motivo de o falante ter escolhido esse sufixo é, portanto, a necessidade (implícita ou explícita, consciente ou inconsciente) de remeter o leitor a esse fato histórico; trata-se de um motivo de ordem *comunicativo-funcional*, que pode ser parafraseada como “o sufixo *-aço* foi escolhido porque transmite de forma mais adequada a ideia pretendida pelo falante”.

Outro exemplo que podemos aventar é o das criações neológicas compostas em que o segundo elemento é a palavra fantasma, como *empresa-fantasma*, *funcionário-fantasma* etc. (exemplos retirados de ALVES, 2006). Pode-se perguntar, onomasiologicamente:

- (5) por que o falante preferiu o emprego de uma forma composta a uma prefixal, por exemplo, como *pseudo-empresa* ou *pseudo-funcionário*, que, a seu turno, também atualizaria ideia de falsidade?

Percebe-se, contudo, que nas formações compostas, o segundo elemento, ao remeter-nos ao conceito de “fantasma”, traz em seu bojo ideias como “forma aparente”, “fugacidade” etc. Assim, uma *empresa-fantasma* não é apenas uma empresa falsa (ou uma *pseudo-empresa*), mas uma empresa que tem as aparências de verdade, cuja materialidade, contudo, não é real, não “está lá”, como o fantasma. A explicação é, portanto, de ordem *cognitivo-funcional*, uma vez que o falante mescla domínios cognitivos diferentes (cf. LANGACKER, 2008).

Como se pode perceber, os dois⁸ tipos de explicação conseguem relacionar adequadamente os mecanismos e as causas da criação lexical. No entanto, nem sempre essas explicações se apresentam de forma clara; muitas vezes só são percebidas a partir de determinadas concepções teóricas. Não obstante, acreditamos que o linguista deve sempre se guiar pela busca por esse tipo de explicação.

⁸ Acreditamos que a distinção que estabelecemos entre explicações *cognitivo-funcionais* e *comunicativo-funcionais* é menos rígida do que parece à primeira vista: muitos fatores que tornam a comunicação mais efetiva também podem contribuir para facilitar o processamento cognitivo e vice-versa.

Fatores que influenciam a seleção do mecanismo

Está evidente, portanto, que há vários mecanismos disponíveis ao falante que tem a necessidade de criar uma unidade lexical; a escolha de um desses mecanismos é condicionada por vários fatores, abordados pelas perguntas 2a e 2b, formuladas anteriormente. Cabe agora tecermos algumas considerações sobre a natureza desses fatores.

Inicialmente, deve-se reconhecer que esses fatores podem ser de natureza linguística ou extralinguística, como afirma Štekauer (2001, p. 7):

It is postulated that the selection of one of the options at hand is always influenced by both linguistic (productivity, constraints, etc.) and sociolinguistic factors (education, profession, social background, influence of one's former linguistic experience, etc.)⁹.

Neste trabalho, por razões eminentemente metodológicas, fixar-nos-emos nos fatores de natureza linguística¹⁰. Estes podem apresentar-se de duas formas: a) como características (em geral semânticas) que devem estar presentes no neologismo formado; ou b) como restrições que devem estar presentes na(s) unidade(s) lexical(is) que serve(m) de base à formação do neologismo.

Os fatores de tipo (a) dizem respeito principalmente aos efeitos semântico-comunicativos pretendidos pelo emissor, ou seja, este escolherá o mecanismo de criação lexical mais adequado para expressar o significado pretendido, incluindo seus aspectos conotativos e estilísticos. Isso pode ser exemplificado com os seguintes dados, analisados em (I) Maroneze (2011, p. 27) e (II) Ganança (2017, p. 178-179): (I) para substantivar o adjetivo *dondoca* (referente a mulher fútil), o falante opta por criar o neologismo *dondoquice* (em vez de *dondoquidade* ou *dondoqueza*, formados com outros sufixos concorrentes), porque o sufixo *-ice* reforça as conotações afetivas ou mesmo pejorativas pretendidas pelo criador. (II) para expressar as ideias de indivíduo que não está vivo e que não é proveniente do estado da Bahia, os autores dos blogues analisados em Ganança (2017) criaram os neologismos *desvivo* e *desbaiano* (em vez dos possíveis *morto* e *não-baiano*), com forte apelo estilístico, uma vez que as bases a que o prefixo *des-* normalmente se associa são verbais e a adjunção a bases de significado estático marca quebra proposital das restrições linguísticas e altera o significado do neologismo. Assim, *desvivo* e *desbaiano* reforça certas conotações que não estariam presentes em *morto* e *não-baiano*.

⁹ “Postula-se que a seleção de uma das opções disponíveis seja sempre influenciada tanto por fatores linguísticos (produtividade, restrições etc.) como sociolinguísticos (escolaridade, profissão, história de vida, influência da experiência linguística anterior etc.)” (tradução nossa).

¹⁰ Não pretendemos desenvolver aqui maiores discussões a respeito da distinção entre os dois tipos de fatores, fixando-nos nos linguísticos. No entanto, pode-se argumentar que ambos os tipos referem-se à mesma motivação subjacente, a *eficiência comunicativa*.

Os fatores do tipo (b) constituem-se em condições que devem estar presentes para que determinado mecanismo de criação lexical possa ser aplicado; essas condições também podem ser entendidas como restrições que impedem a aplicação de determinado mecanismo. Tais restrições podem ser fonológicas, morfológicas, sintáticas, semânticas ou textuais, ou mesmo uma combinação dessas. Ilustramos com alguns exemplos extraídos de Maroneze (2011).

Restrições de natureza fonológica que condicionam o emprego de determinados prefixos ou sufixos parecem ser raras na língua portuguesa. Um exemplo é a tendência de verbos terminados em *-i[C]ar* (em que C representa qualquer consoante) receberem o sufixo *-ção* em vez de seus concorrentes *-mento* ou *-agem* (ROCHA, 1999, p. 22), o que explicaria formas neológicas tais como *glicação* (ação de glicar - unir uma proteína a um carboidrato) e *paparicação* (ação de paparicar, de mimar). Outras línguas apresentam mais fatores fonológicos condicionantes, como o inglês, em que o sufixo nominalizador *-al* só se une a verbos oxítonos (PLAG, 2003, p. 61).

O tipo de fator morfológico que mais influencia os mecanismos de formação de palavras diz respeito a restrições de co-ocorrência entre dois ou mais afixos. Por exemplo, verbos prefixados tendem a ser nominalizados com o sufixo *-mento* (MARONEZE, 2005, p. 80), e adjetivos formados pelo sufixo *-vel* são exclusivamente substantivados com o sufixo *-(i)dade*, em vez de *-eza* ou outro concorrente (como *reparabilidade* e *treinabilidade*; MARONEZE, 2011, p. 94-96). Podem-se mencionar, também, as formações com o prefixo *recém-*, forma apocopada do advérbio *recentemente*, que, dada sua origem adverbial, associa-se, segundo destaca Ganança (2017, p. 158-160), apenas a bases lexicais participiais.

Restrições de natureza semântica envolvem características de significado que devem estar presentes na base para que o mecanismo possa ser aplicado. Exemplificamos com os sufixos concorrentes *-(i)dade* e *-ice*, os mais frequentes formadores de substantivos a partir de adjetivos. O primeiro tende a unir-se a adjetivos de função semântica especificadora, enquanto o segundo tende a unir-se a adjetivos de função semântica qualificadora (MARONEZE, 2011, p. 94-97). No campo prefixal, podemos nos lembrar do formante *ex-* que, contemporaneamente, atualiza o significado “que deixou de ser”, restringindo, por esse motivo, as bases a que se pode associar. Desse modo, segundo analisa Ganança (2017, p. 89-90), formações como *ex-pai* e *ex-mãe* não são semanticamente possíveis, uma vez que é impossível, ao menos biologicamente, deixar de ser pai ou mãe de alguém. As formações com bases lexicais não passíveis de mudança de status encontradas por Ganança (2017), como *ex-Corinthians* e *ex-Verde*, explicam-se pela elisão das bases “jogador” e “integrante do partido”, facilmente recuperáveis pelo contexto.

Costuma-se considerar como exemplo de fator condicionante de natureza sintática a restrição da maioria dos sufixos a determinadas classes gramaticais de base; por exemplo, Plag (2003, p. 63) afirma ser de natureza sintática a restrição do sufixo inglês *-able* a verbos. No entanto, uma questão pode ser

levantada: haveria fatores condicionantes “puramente” sintáticos, ou estes não seriam reflexo de um fator semântico subjacente? Ou seja, ao afirmarmos que determinado sufixo se une a verbos, estaríamos nos referindo à categoria sintática de verbo ou a características semânticas presentes em verbos e também requeridas pelo sufixo? Se adotarmos uma postura contrária à separação rígida entre sintaxe e semântica, e talvez mesmo a precedência da semântica sobre a sintaxe (cf. CROFT; CRUSE, 2004, p. 2), os fatores condicionantes de natureza sintática (e talvez mesmo morfológica) poderão ser entendidos como de natureza semântica. Dessa forma, preferimos analisar as restrições sintáticas como casos especiais das restrições semânticas.

Por fim, podem-se considerar também restrições de natureza textual-discursiva na seleção de um ou outro mecanismo de criação lexical. Provavelmente, os fatores textuais que mais influenciam o emprego de determinados mecanismos de criação lexical são os relacionados ao gênero e ao domínio textual-discursivo. Podemos citar trabalhos como Rocha (1999), que mostra que gêneros dissertativos favorecem mais o emprego de substantivos abstratos derivados de verbos do que os gêneros narrativos; Alves (2000) aponta diversos prefixos, como os intensivos, que são mais frequentemente empregados em textos publicitários; Ganança (2017) verifica que a recategorização do prefixo *super-* como advérbio de intensidade, em formações como “super de boa” (GANANÇA, 2017, p. 98), ocorre principalmente em textos veiculados em contextos informais, onde a oralidade está fortemente presente; além de vários trabalhos da área de Terminologia que têm mostrado como certos domínios (Medicina, Informática etc.) favorecem o emprego de certos mecanismos de criação lexical (ALVES, 1998; COLETI; ALMEIDA, 2010; entre outros).

É importante assinalar que as restrições ao emprego dos mecanismos raramente funcionam de forma categórica; são na verdade tendências, mais ou menos fortes, mas que sempre podem ser rompidas.

Na perspectiva onomasiológica, portanto, descrevem-se os mecanismos e as causas da criação lexical; na perspectiva semasiológica, analisam-se os fatores envolvidos na interpretação dos neologismos. Na seção seguinte, abordaremos algumas questões envolvidas no estudo semasiológico da neologia.

3. A perspectiva semasiológica

Conforme já descrevemos, a abordagem semasiológica parte do significante para chegar ao significado, focando-se em perguntas do tipo “Quais são os significados possíveis para determinada expressão?”. Se, na perspectiva onomasiológica, devemos imaginar um falante que precisa criar uma unidade lexical, para compreender a perspectiva semasiológica, imaginemos um indivíduo que precisa

interpretar essa nova unidade. O problema desse indivíduo pode ser formulado na forma de uma pergunta dividida em duas partes:

- (5a) Quais são os possíveis significados desse neologismo? e
- (5b) Qual(is) deles foi(foram) pretendido(s) pelo emissor?

Procurar responder a ambas as perguntas é tarefa do receptor¹¹; ao linguista, por estar fora da situação comunicativa, compete responder apenas à pergunta (5a)¹². Para tanto, observará as mesmas evidências que se apresentam ao receptor. Abordaremos duas dessas evidências, apresentadas aqui separadamente, mas que são relacionadas: a composicionalidade do neologismo e a polissemia dos mecanismos de criação lexical.

3.1 A composicionalidade na interpretação dos neologismos

Em muitas teorias semânticas, entende-se que o significado de uma expressão linguística complexa é de alguma forma resultado dos significados de cada uma das partes da expressão. Isso é conhecido como “princípio da composicionalidade” e pode ser formulado da seguinte forma (CRUSE, 2000, p. 67):

- (6) O significado de uma expressão linguisticamente complexa é uma função composicional dos significados de seus constituintes linguísticos.

O princípio da composicionalidade apresenta-se em versões mais ou menos relativizadas segundo cada teoria, mas nunca é negado em absoluto. Procuraremos mostrar aqui em que medida ele opera na interpretação de neologismos formados por derivação.

Como primeiro exemplo, tomemos o neologismo derivado *novelizar* (MARONEZE, 2011, p. 48–49). Podemos considerar o seu significado como a “soma” do significado de *novela* com o significado de *-izar*. Assim, o significado composicional de *novelizar* pode ser descrito como “tornar novela”, assim como *humanizar* é “tornar humano”, *batizar* é “tornar batizado”. No entanto, uma

¹¹ Assim como o ato onomasiológico de criação lexical, a interpretação adequada de um neologismo é, em última análise, uma questão de ordem pragmática, que envolverá até mesmo fatores como a disposição do receptor em interpretar. As análises linguísticas que realizamos são apenas parte do problema.

¹² Ainda assim, apenas no que se refere às possibilidades linguísticas; haverá sempre inúmeros significados decorrentes de fatores contextuais, que fogem ao escopo das análises semânticas.

definição como “tornar novela” não consegue abarcar a totalidade do significado do neologismo. Transcrevemos a seguir o contexto próximo em que ele foi criado:

Segundo um diretor da própria Globo, a popularização do JN não é uma escolha adequada. “Não adianta querer <novelizar> o telejornal para satisfazer ao público”, afirma esse diretor da emissora. “Isso é ingenuidade.” (Veja, 30-set-98)

Observamos, assim, que o significado de *novelizar* pode ser mais bem descrito por “transmitir características típicas de novela a (o telejornal)”, o que nos mostra claramente que existe mais no significado de uma unidade lexical complexa do que a soma dos significados de suas partes.

Podemos ainda exemplificar essa questão com o neologismo composto *informação-chiclete*, presente na Base de Neologismos do Português Brasileiro Contemporâneo. A seguir, para melhor compreendermos o significado da unidade lexical neológica, reproduzimos o contexto em que ela foi inserida:

No caso dos jornais, acredito que é questão de sobrevivência estimular e ampliar o público de verdadeiros leitores (isto é, raciocinadores), sob pena de vê-los transformarem-se num rebanho de mascadores de <informação-chiclete> distribuída pela TV. (Folha de S. Paulo, 15-set-1996)

Percebe-se claramente que o significado do todo não é exatamente a soma do significado das partes, uma vez que o primeiro elemento do composto, “informação”, força a metaforização do segundo, “chiclete”, ou seja, uma informação-chiclete é aquela que o público “masca” metaforicamente sem, contudo, “digeri-la”, ou seja, recebe sem assimilá-la e transformá-la em gatilho para raciocínios mais elaborados. A partir de dois itens lexicais díspares, portanto, o falante realiza uma série de operações mentais que (re)elaboram seus significados resultando em uma criação inusitada que não é, em essência, a simples soma das partes.

Essa constatação nos faz reavaliar o alcance do princípio da composicionalidade. Uma solução possível seria afirmar que o significado linguístico da expressão complexa refere-se apenas àquela “porção” de seu significado que pode ser “calculada” composicionalmente; quaisquer traços de significado “a mais” seriam atribuídos à influência de fatores contextuais e/ou extralinguísticos e, portanto, objeto de estudo da Pragmática ou da Filosofia da linguagem. Essa é a postura adotada pelas teorias que postulam uma separação clara e estrita entre Semântica e Pragmática, como a Semântica Formal.

Outra possibilidade é relativizar o conceito de composicionalidade, afirmando que esse princípio não é suficiente para *determinar* o significado de uma expressão, mas apenas *sugeri-lo* ou *ativá-lo*. É o

que faz Langacker (2008, p. 42) ao afirmar que a linguagem apresenta apenas uma *composicionalidade parcial*; o significado, segundo o autor, é fundamentalmente de natureza enciclopédica e uma separação rígida entre Semântica e Pragmática é inviável. Neste trabalho, aderimos a essa concepção, sem nos determos nos pormenores da argumentação do autor, que pode ser encontrada em Langacker (2008, p. 27-54).

Parece adequado, portanto, distinguir dois níveis de significado de um neologismo, seja formado por derivação, seja por composição: o *significado composicional*, passível de ser “calculado” em função dos significados de seus elementos formadores, e o que pode ser chamado de *significado lexical*, idiossincrático, decorrente de fatores variados, tanto linguísticos quanto extralinguísticos.¹³

Embora distintos, esses dois níveis são sem dúvida relacionados entre si. Talvez seja possível pensar no significado lexical (ou pelo menos parte dele) como uma extensão do significado composicional pelo emprego de processos metafóricos, metonímicos e outros. Ou seja, talvez seja possível prever, ao menos parcialmente, o significado lexical a partir do composicional. Além disso, no processo de incorporação do neologismo ao léxico da língua, o significado lexical convencionalizar-se-á e pode transformar-se seguindo vários rumos. Questões desse tipo vêm sendo cada vez mais abordadas pelas teorias semânticas de orientação cognitivista, em especial a partir dos estudos sobre metáfora (LAKOFF; JOHNSON, 2002) e metonímia (PANTHER; RADDEN, 1999), e constituem-se num campo importante da pesquisa semasiológica. O trabalho de Maroneze (2016) mostra como a metonímia parece operar na relação entre ambos os níveis de significado, em relação a unidades lexicais neológicas. Alguns exemplos são:

- CARACTERÍSTICA PELO SEU POSSUIDOR OU CRIADOR: *dickensiano* e outros empregos de *-ano* (MARONEZE, 2011, p. 138-9);
- AÇÃO PELO SEU AGENTE TÍPICO: *buarquear*, *malufar* e outros verbos neológicos (MARONEZE, 2011, p. 159).

3.2 A polissemia dos mecanismos de criação lexical

A polissemia pode ser definida como a associação de dois ou mais significados a um único significante. É um fenômeno massivamente presente nas línguas naturais e que vem merecendo cada vez mais estudos no âmbito da Semântica Cognitiva, conforme afirma Silva (2006, p. 1). No entanto,

¹³ Rainer (2005, p. 421) afirma que essa distinção já é tradicional nos estudos sobre formação de palavras em alemão; nessa língua, os termos empregados são *Wortbedeutung* (significado lexical) e *Wortbildungsbedeutung* (significado composicional ou construcional).

este mesmo autor afirma que ainda “[s]ão escassos os estudos sobre polissemia lexical e (menos ainda) gramatical do Português” (SILVA, 2006, p. 7).

Assim como as unidades lexicais, os mecanismos de criação lexical também podem apresentar polissemia. Especificamente em relação aos sufixos, há diversos trabalhos que abordam o fenômeno. Apresentaremos alguns deles a seguir, sem a pretensão de sermos exaustivos.

Os sufixos aumentativos e diminutivos talvez sejam os afixos cuja polissemia tem sido mais extensamente descrita. Cunha e Cintra (1985, p. 88-93), por exemplo, descrevem seus vários empregos com bastante detalhe; autores do campo da Estilística, como Lapa (1968, p. 84-88) e Martins (1997, p. 114-116), também dedicam várias páginas à descrição da polissemia dos aumentativos e, principalmente, dos diminutivos. Isso se deve ao fato de que essa polissemia ocorre, via de regra, no sentido de trazer novos significados de caráter afetivo. Cabe mencionar ainda o trabalho de Silva (2006, p. 219-244) sobre a polissemia do diminutivo sob o olhar da Semântica Cognitiva.

Se a polissemia dos sufixos de grau já é bastante descrita, mesmo nas gramáticas tradicionais, o mesmo não se pode dizer a respeito de outros tipos de sufixos. Por exemplo, se Cunha e Cintra (1985) por um lado dedicam várias páginas à descrição dos sufixos de grau, por outro, em relação aos demais sufixos, limitam-se a enumerá-los com suas acepções (p. 94-100), mostrando serem em sua maioria de fato polissêmicos, mas sem se debruçar sobre suas particularidades de uso.

Em relação aos sufixos polissêmicos afetivos descritos em trabalhos de Estilística, o manual de Lapa (1968) praticamente não menciona nenhum além dos diminutivos; já Martins (1997) é mais abrangente, chamando a atenção para sufixos formadores de substantivos que “podem acrescentar (não obrigatoriamente, insistimos) um tom pejorativo, jocoso, pitoresco, um tom de recriminação” (p. 116), tais como *-ice*, *-ismo*, *-agem*, *-ção* etc.; bem como sufixos formadores de adjetivos (*-oso*, *-udo*, *-ento*, *-esco*, *-oide* etc.) e verbos (*-inhar*, *-icar*, *-itar* etc.) que apresentam empregos afetivos.

Mais recentemente, devem ser destacados os trabalhos do Grupo de Morfologia Histórica do Português, coordenado pelo Prof. Dr. Mário Eduardo Viaro, que se foca em descrever as várias acepções que os sufixos da língua portuguesa apresentam em sua diacronia. Alguns dos sufixos analisados por esse grupo são *-eiro* (VIARO, 2006), *-ista* (AREÁN-GARCÍA, 2007), *-nc(i)a* (LACOTIZ, 2007), *-mento* (FREITAS, 2008), *-(i)dade* (SIMÕES, 2009) e *-agem* (GONÇALVES, 2009), entre outros.

A polissemia está presente também nos sufixos empregados na formação de neologismos. Analisando neologismos das décadas de 1980 e 1990, Alves (2004a, 2004b) descreve a polissemia de sufixos como *-ite*, *-oide*, *-ol* (2004a, p. 37-39) e *-aço* (2004b, p. 83-84), entre outros; em trabalhos anteriores (MARONEZE, 2005, 2011), também descrevemos a polissemia de diversos sufixos, como -

ção, *-agem* e *-nc(i)a*. Conforme mostram esses trabalhos, o estudo dos neologismos pode revelar quais mudanças vêm ocorrendo no significado dos mecanismos de criação lexical, em particular dos sufixos. Nesse sentido, e relacionando a polissemia com a distinção entre significado lexical e construcional, também caberia indagar se essa polissemia estaria relacionada apenas ao significado construcional ou se envolveria ambos. Para não estender a discussão, remetemos à leitura de Maroneze (2011, p. 52-54 e a tese como um todo).

No âmbito dos prefixos, observam-se igualmente alguns interessantes momentos de polissemia. A esse respeito, remetemos o leitor ao estudo realizado por Alves (2000), no qual a autora analisa as características semânticas e morfossintáticas de diversos prefixos do Português Brasileiro.

Ganança (2017), sobre a polissemia desses formantes, atesta que não se pode considerar o sistema prefixal do Português sem atentar para a diversidade semântica inerente a ele. Assim, os prefixos *ex-* e *super-*, por exemplo, que contemporaneamente atualizam, em formações neológicas, os significados “deixar de ser X” e “muito”, em formações mais antigas, como *exportar* e *supercílio*, significavam “fora de” e “posição superior”. Os significados atuais, portanto, atestam que os prefixos modificam seus significados e são, pois, polissêmicos.

O autor apresenta também o caso do prefixo *trans-*, que em formações lexicais neológicas alterna seu significado de “além” / “através de” para “transsexual”. Nos neologismos *transmídia* e *transnarrativa*, recolhidos por Ganança (2017, p. 226), percebe-se, segundo os contextos abaixo, que o afixo atualiza a ideia de “além”. Assim, *transmídia* e *transnarrativa* são a mídia e a narrativa que atravessam, ou seja, transcendem a própria mídia e a própria narrativa designada. Já o neologismo *transcidadania*, também recolhido por Ganança (2017, p. 228), significa “cidadania do indivíduo transsexual” e não “cidadania que transcende”. A truncação de “transsexual” forçou a transferência metonímica do conteúdo da palavra para o prefixo que se tornou polissêmico.

Temática da <transmídia>: uma novela ganha repercussão na internet em decorrência do sucesso da trama. (Fábio TV, 01/11/2014)

Alguns colegas apontaram – com razão – que Guardiões é um filme <transnarrativa>, (...). Ou seja, é um filme que prescinde de história, que se segura num fiapo de trama sem nenhum compromisso com fazer sentido ou apresentar grandes contornos dos personagens e seus dilemas. (Ana Maria Bahiana, 04/08/2014)

Apesar de ter lançado ideias interessantes, como o plano de saúde integral LGBT e o <Transcidadania> (nenhum dos dois implementados), o governo Haddad foi responsável por graves retrocessos, especialmente o fechamento do Autorama [local de encontro gay no estacionamento do Parque Ibirapuera] (nem o Serra e o Kassab tinham conseguido a façanha) e o encerramento do Programa Operação Trabalho, que garantia um benefício para algumas LGBT em situação de vulnerabilidade, a maioria transexuais e travestis. (Bloggay, 24/07/2014)

Considerações finais

Neste artigo, pretendemos apresentar uma proposta de organização dos estudos de neologia tendo em vista os conceitos de onomasiologia e semasiologia. Entendemos a criação e a interpretação de um neologismo como atividades de resolução de problemas: o problema onomasiológico, o do criador do neologismo, pode ser formulado como “qual é o neologismo mais adequado para expressar o significado pretendido”; enquanto o problema semasiológico (o do receptor do neologismo) pode ser formulado como “qual é o significado pretendido com esse neologismo”. A partir de uma ou de outra perspectiva, o linguista pesquisador do fenômeno da neologia fará perguntas diferentes. Acreditamos que as reflexões trazidas neste artigo poderão auxiliar os pesquisadores na formulação de perguntas para analisar os dados concretos (ou seja, os neologismos).

Após a apresentação das duas perspectivas e de suas decorrências para o estudo da neologia, caberia indagar se essa distinção não seria na verdade equivalente à distinção entre morfologia e semântica. Afinal, a perspectiva onomasiológica parece se concentrar mais em problemas de ordem morfológica, enquanto a perspectiva semasiológica aborda questões semânticas.

Sem deixar de notar que de fato existe essa ênfase, acreditamos que, ainda que em menor grau, tanto a semântica quanto a morfologia estão presentes em ambas as perspectivas. Como exemplo, observamos a existência de restrições semânticas ao emprego de determinados mecanismos, conforme já apontado, bem como o recurso a noções morfológicas na distinção entre significado composicional e significado lexical.

Referências bibliográficas

- ALVES, Ieda Maria. **Neologismo**. Criação lexical. 2. ed. São Paulo: Ática, 2004a.
- ALVES, Ieda Maria. A unidade lexical neológica: do histórico-social ao morfológico. In: ISQUERDO, Aparecida Negri e KRIEGER, Maria da Graça (orgs.). **As ciências do léxico**. v. II. Campo Grande: Ed. UFMS, 2004b. p. 77-87.
- ALVES, Ieda Maria. **Um estudo sobre a neologia lexical: os microsistemas prefixais do português contemporâneo**. 2000. 365 f. Tese (Livre-Docência em Lexicologia e Terminologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.
- ALVES, Ieda Maria. Neologia e Tecnoletos. In: OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires de; ISQUERDO, Aparecida Negri (orgs.) **As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia**. Campo Grande: Ed. UFMS, 1998.
- AREÁN-GARCÍA, Nilsa. **Estudo comparativo de aspectos semânticos do sufixo -ista no português e no galego**. 2007. 2 v. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo: FFLCH USP, 2007. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8142/tde-04102007-144618/>>. Acesso em: 04 jan 2011.
- BLANK, Andreas. Why do new meanings occur? A cognitive typology of the motivations for lexical semantic change. In: BLANK, Andreas; KOCH, Peter (orgs.) **Historical Semantics and cognition**. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 1999. p. 61-89.
- COLETI, Joel Sossai; ALMEIDA, Gladis Maria de Barcellos. Aspectos morfológicos da terminologia da nanociência e nanotecnologia. **Filologia e Linguística Portuguesa**, v. 12, n. 2, p. 271-294, 2010.
- CROFT, William; CRUSE, D. Alan. **Cognitive Linguistics**. Cambridge: CUP, 2004.
- CRUSE, D. Alan. **Meaning in language**. An introduction to Semantics and Pragmatics. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Luís Filipe Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- FREITAS, Érica Santos Soares de. **Em busca do mento perdido. Análise semântico-diacrônica do sufixo -mento, no português**. 2008. 2 v. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo: FFLCH USP, 2008. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8142/tde-29092008-151130/>>. Acesso em: 04 jan 2011.

- GANANÇA, João Henrique Lara. **Um estudo da prefixação em unidades lexicais neológicas coletadas de blogs da internet**. 2017. 276 f. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.
- GEERAERTS, Dirk. **Diachronic Prototype Semantics**. Oxford: Clarendon Press, 1997.
- GONÇALVES, Anielle Aparecida Gomes. **Diacronia e produtividade dos sufixos *-agem*, *-igem*, *-ugem*, *-ádego*, *-ádigo* e *-ádiga* no português**. 2009. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo: FFLCH USP, 2009. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8142/tde-30112009-142459/>>. Acesso em: 04 jan 2011.
- LACOTIZ, Andréa. **Valores semânticos dos sufixos *-ança/-ença* *-ância/-ência* no português**. 2007. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo: FFLCH USP, 2007. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8142/tde-28012008-112539/>>. Acesso em: 04 jan 2011.
- LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. **Metáforas da vida cotidiana**. Coord. da trad. Mara Sophia Zanotto. Campinas: Mercado de Letras; São Paulo: EDUC, 2002.
- LANGACKER, Ronald W. **Cognitive Grammar: a basic introduction**. New York: Oxford University Press, 2008.
- LANGACKER, Ronald W. **Foundations of Cognitive Grammar: descriptive application**. Stanford: Stanford University Press, 1991.
- LAPA, M. Rodrigues. **Estilística da língua portuguesa**. 5. ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1968.
- MARONEZE, Bruno Oliveira. **Um estudo da mudança de classe gramatical em unidades lexicais neológicas**. 2011. 199 f. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- MARONEZE, Bruno Oliveira. **Um estudo da nominalização no Português do Brasil com base em unidades lexicais neológicas**. 2005. 191 f. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- MARTINS, Nilce Sant’Anna. **Introdução à Estilística**. 2. ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1997.
- PANTHER, Klaus-Uwe; RADDEN, Günther (eds.) **Metonymy in language and thought**. Amsterdam: John Benjamins, 1999.
- PLAG, Ingo. **Word-Formation in English**. Cambridge: CUP, 2003.
- RAINER, Franz. Semantic change in word formation. **Linguistics** v. 43,n. 2, p. 415-441, 2005.

- ROCHA, Luiz Carlos de Assis. A nominalização no português do Brasil. **Revista de Estudos da Linguagem**. Belo Horizonte, v. 8, n. 1, p. 5-52, 1999.
- SILVA, Augusto Soares da. **O mundo dos sentidos em português. Polissemia, semântica e cognição**. Coimbra: Almedina, 2006.
- SIMÕES, Lisângela. **Estudo semântico e diacrônico do sufixo ‘-dade’ na língua portuguesa**. 2009. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo: FFLCH USP, 2009. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8142/tde-04022010-161225/>>. Acesso em: 04 jan 2011.
- ŠTEKAUER, Pavol. Fundamental principles of an onomasiological theory of English word-formation. **Onomasiology Online** n. 2, 2001. Disponível em: <<http://www.ku-eichstaett.de/SLF/EngluVglSW/stekauer1011.pdf>>. Acesso em: 04 jan 2011.
- VIARO, Mário Eduardo. Problemas de morfologia e semântica histórica do sufixo *-eiro*. **Estudos Lingüísticos**. São Paulo, v. 35, p. 1443-1452, 2006.